

DIÁLOGO INDEPENDENTE

PARA A CONFERÊNCIA DOS SISTEMAS ALIMENTARES

O ACESSO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL É UM DIREITO DE TODOS.

**COMO GARANTIR ACESSO UNIVERSAL À ALIMENTAÇÃO
SAUDÁVEL E FREAR O AUMENTO DA INSEGURANÇA
ALIMENTAR E DA OBESIDADE NO BRASIL?**

realização



apoio

IBIRAPITANGA

SUMÁRIO

1	introdução	03
2	metodologia	04
3	foco principal do diálogo	05
4	principais resultados - gerais	06
5	resultados de cada grupo	08
5.1	Alimento bom, a preço justo e acessível: comida saudável acessível ao bolso de todos/as, sem onerar o produtor.	
5.2	Alimentação saudável por toda parte: territórios fortalecidos para que todos/as tenham acesso à alimentação saudável.	
5.3	Conhecendo a comida saudável... e a não saudável: consumidores informados e educação nutricional garantida.	
5.4	Ações emergenciais de combate à fome: reações da sociedade civil geram aprendizado coletivo.	
5.5	Ações governamentais de combate à insegurança alimentar: respostas emergenciais dadas em tempo, além das respostas estruturais fortalecidas.	
5.6	Governança das ações de garantia da alimentação saudável: certeza de processos democráticos para assegurar o direito de todos/as à alimentação.	
5.7	Inocuidade dos alimentos e garantia de uma alimentação cada vez mais adequada, saudável e segura para todos/as.	
6	áreas de divergência	23

1 INTRODUÇÃO

Em 2019, o Secretário-Geral da ONU convocou uma Conferência de Sistemas Alimentares. O processo de preparação da Conferência pressupõe o maior número possível de engajamento dos múltiplos atores dos sistemas alimentares, convidados a se envolverem principalmente através de eventos de diálogos intersetoriais.

As Nações Unidas realizarão em Setembro uma Cúpula de Sistemas Alimentares. Muito tem sido debatido sobre as propostas que estão sendo levadas à cúpula e a participação da sociedade civil nessa construção.

Nesse sentido, faz parte da estrutura da Cúpula a realização de dezenas de diálogos intersetoriais pelo mundo.

Existem diálogos organizados pelos governos nacionais, e outros pela sociedade civil: os **Diálogos Independentes** - conduzidos ao nível local e adaptáveis a vários contextos, convocados por indivíduos ou organizações, independentemente das autoridades nacionais, mas com a oportunidade de se ligar formalmente ao processo da Conferência através de um mecanismo oficial de resposta. São projetados para oferecer respostas construtivas e informadas, para utilização na preparação da conferência. Também oferecem informações valiosas para moldar percursos para sistemas alimentares sustentáveis até 2030: serão úteis após a conferência.”

Os Diálogos conectam atores diversos do sistema alimentar (com atuação em agricultura, saúde pública, alimentos e bebidas, gastronomia, pequenos negócios, ações humanitárias, etc), oriundos de setores governamentais, da sociedade civil, do setor privado ou da academia.

Nesse contexto, o **Instituto Comida do Amanhã** e o **Instituto Fome Zero**, organizaram no dia 11 de Maio de 2021 um diálogo independente, para convidados, focado em discutir as **barreiras e soluções para garantir o acesso universal à alimentação saudável**, questão que se coloca cada vez mais urgente, dada a acelerada ampliação da insegurança alimentar no país. A curadoria do encontro ficou sob cuidado de José Graziano da Silva, diretor do Instituto Fome Zero e ex diretor geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Este documento é uma versão consolidada dos principais resultados desse diálogo, que contou com a participação de 36 convidados, divididos em 7 grupos de debate, cada um com sua temática específica, relacionada ao tema geral do encontro.

Para saber mais sobre os diálogos independentes visite summitdialogues.org, e sobre a cúpula dos sistemas alimentares visite un.org/en/food-systems-summit e tinyurl.com/UNFSS1

METODOLOGIA

Os diálogos independentes para a cúpula dos sistemas alimentares têm a recomendação de uma metodologia padrão que poderá ser seguida pelos organizadores e que é apresentada num manual de referências, entregue aos organizadores do encontro. É uma metodologia testada e aplicada em dezenas de diálogos por todo o mundo e que o Instituto Comida do Amanhã já tinha aplicado no diálogo FSD que realizou em Junho de 2020.

Foi decidido seguir a metodologia do **Manual de Referências**, com a participação de um grupo relativamente pequeno de convidados, a fim de garantir maior aproveitamento do tempo de debates nos grupos do Zoom, porém sem ter que estender demais o tempo do evento, considerando que a maioria das pessoas atualmente tem resistência a eventos com muito tempo de exposição de tela.

Os participantes receberam previamente uma apresentação explicando a Cúpula, o papel dos Diálogos Independentes, o tema do Diálogo ao qual foram convidados, e sua conexão com a Action Track #1.

Foram escolhidos facilitadores que fossem mais neutros aos debates, porém com conhecimento suficiente da temática para poder conduzir e apreender as diversas falas. Todos os/as facilitadores/as foram devidamente treinados na metodologia ie foram auxiliados por um tomador de nota por grupo.

O Diálogo teve a duração de aproximadamente 150 minutos.

Foram feitas breves falas iniciais de três Champions brasileiros da rede de Champions da Cúpula de Sistemas Alimentares, incluindo o Curador, José Graziano da Silva, que apresentou a situação atual do desafio brasileiro em acesso à alimentação saudável.*

Uma vez encaminhados aos grupos de forma previamente selecionada pela organização do evento (mas não previamente comunicada a cada participante), todos tiveram semelhantes tempos de fala.

O Curador transitou pelos grupos, sem interferir nos debates - o que foi previamente comunicado a todos os participantes.

O resumo posteriormente apresentado em plenária pelo respectivo facilitador/a do grupo foi feito com o consentimento dos debatedores e em atendimento às regras de chatam house.

Após a sessão de feedback, o Curador fez uma fala conclusiva, e o apoiador do Diálogo também fez uma fala de encerramento.

O chat do Zoom esteve disponível e aberto a todas e todos no tempo integral do Diálogo.

*todas as falas feitas em plenária estão disponíveis no site comidadoamanha.org

FOCO PRINCIPAL

action track #1:

Garantir o acesso a alimentos seguros e nutritivos para todos.

A cúpula dos sistemas alimentares se organiza em torno de 6 "action tracks" (AT).

Cada Action Track aponta para um desafio macro dos sistemas alimentares, que inclui dentro de si uma série de complexidades e de necessidades de ação.

O foco deste Diálogo foi explorar principalmente entre atores da sociedade civil brasileira, como garantir acesso universal à alimentação saudável e frear o aumento da insegurança alimentar e da obesidade, partindo do princípio que o acesso à alimentação saudável é um direito de todos.

As temáticas dos grupos envolvem aspectos ou desafios da garantia desse acesso à alimentação saudável no cenário brasileiro atual, como as questões relacionadas ao preço da alimentação saudável versus garantia de remuneração justa aos produtores (acesso financeiro); a importância do fortalecimento dos territórios para o acesso (físico) à alimentação saudável; a educação e o acesso à informação acerca da alimentação saudável; as ações emergenciais de combate à insegurança alimentar; os mecanismos estruturais de combate à insegurança alimentar; a forma como deve ser dada a governança das políticas e processos de combate à insegurança alimentar, destacando os atores e agentes essenciais à boa governança; e a significação de alimentação segura (food safety) num ambiente de valorização da produção familiar e artesanal de alimentos. O foco principal do Diálogo, portanto, estava relacionado à Action Track #1, e isso foi identificado e exposto aos participantes previamente ao encontro.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Foi enfatizado em todos os grupos a preocupação com o momento trágico vivido pelo Brasil, com aumento significativo da insegurança alimentar e da pobreza, e a constante redução das políticas e estruturas nacionais (federais) de combate à insegurança alimentar pelo governo federal atual, seja por sensíveis reduções orçamentárias de programas-chave no combate à fome, seja por alterações legislativas que ferem ou enfraquecem direta ou indiretamente o direito humano à alimentação - direito reconhecido no Brasil por sua Constituição Federal - seja por descaracterização das estruturas de governança participativa e inclusiva no monitoramento dessas políticas públicas, tudo isso com resultados trágicos para os mecanismos estruturais de um Estado garantidor de direitos, e também para a situação socioeconômica da população brasileira.

O retrocesso nas políticas de segurança alimentar e nutricional foi o ponto mais destacado. Portanto, o principal resultado foi o reconhecimento da necessidade de retomada dessas políticas públicas, no nível federal, de apoio à produção familiar, de garantia da alimentação saudável, e de apoio às vulnerabilidades; mas também:

- Necessidade de articulação em rede e de ação conjunta e coordenada entre diversos atores da sociedade civil, gestores e pesquisadores, para desenvolvimento de ações, monitoramento e acompanhamento de resultados, e geração de dados e informações de forma transparente. Maior aproximação entre grupos de produtores e grupos de consumidores, e maior articulação entre os diversos movimentos sociais que atuam nas temáticas referentes à alimentação.
- Garantia de condições básicas socioeconômicas: necessidade de garantir renda mínima (políticas de renda mínima ou transferência de renda) e infraestrutura básica para a população (por exemplo, acesso à água e gás de cozinha).
- Advocacy pela reinstalação do conselho nacional de segurança alimentar e nutricional - que era um fórum de interlocução entre governo e sociedade civil no plano nacional e de controle das políticas públicas federais em temas de segurança alimentar e nutricional; um conselho no âmbito da administração federal mas com presidência e maioria de membros da sociedade civil.
- Regulação da propaganda, do acesso e das embalagens (rotulagem) dos ultraprocessados para desincentivar o acesso a esses alimentos.
- Ampliação dos espaços de participação popular e de articulação comunitária, principalmente no âmbito local/municipal, para que as diversas vozes dos sistemas alimentares possam ser ouvidas, principalmente dos agricultores, pescadores e extrativistas familiares e das comunidades tradicionais e indígenas - verdadeiros produtores do alimento saudável.

- Valorização de políticas locais que busquem garantir o acesso universal ao alimento saudável, como os exemplos das cozinhas comunitárias e das escolas de gastronomia social (total ou parcialmente custeadas pelos governos locais), e da ampliação de feiras livres / mercados de rua com alimentos saudáveis. Necessidade de maior investimento em estruturas de logística e transporte de alimentos perecíveis (o que apoia a redução de custo).
- Necessidade de informação e geração de dados com transparência e combate a fake news. Necessidade de indicadores regulares sobre estado nutricional da população, bem como de dados claros e confiáveis sobre as cadeias de produção e consumo de alimentação saudável.
- Ações de capacitação, formação e sensibilização dos diversos atores chave e profissionais que atuam nos sistemas alimentares, mas também junto aos gestores e a população em geral, em ações que apontem para entendimento integrado e holístico do alimento e das culturas alimentares.
- Ampliação e desenvolvimento de programas e projetos de educação alimentar com inserção das culturas alimentares indígenas e tradicionais e valorização de dietas diversificadas, que atentem para a sociobiodiversidade brasileira.
- Garantia aos produtores familiares de acesso à terra e acesso à água, por ações das três esferas de governos (federal, estadual e municipal), representando reforma agrária no campo e fomento à agricultura urbana nas cidades.
- Necessidade de ampliação dos programas e ações de assistência técnica agroecológica, e de inclusão digital / acesso à internet pelos produtores, pescadores e extrativistas familiares e comunidades tradicionais.
- Construção e disseminação de estratégias de comunicação acerca da alimentação saudável e sistemas alimentares sustentáveis, valorizando a narrativa da comida de verdade e da soberania alimentar. Campanhas e estratégias de comunicação também voltadas ao conhecimento geral sobre o direito à alimentação, sobre alimentos saudáveis e agroecológicos, e sobre o papel de produtor/as, pescadore/as, extrativistas familiares e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, caiçaras...) na segurança alimentar brasileira - destacando a relevância da mulher.

Necessidade do conceito de alimento seguro (food safety) incluir, na comunicação e na regulação, o não uso de agrotóxicos na produção e a ausência tanto de violência pela disputa de terra da cadeia produtiva, quanto de desmatamento.

reconhecer a necessidade de retomada de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, no nível federal orientadas ao apoio à agricultura familiar, à garantia da alimentação saudável, e ao apoio às populações mais vulneráveis.

RESULTADOS DE CADA GRUPO

Os resultados aqui descritos incluem a síntese das opiniões dos participantes sobre as ações que são urgentemente necessárias, quem deve tomar estas ações, formas pelas quais o progresso pode ser avaliado e os desafios que podem ser antecipados à medida que as ações são implementadas. As opiniões são apresentadas sem identificação de seu interlocutor, garantindo o anonimato e a proteção atribuída pelas regras de Chatham House. A cada grupo foi colocado um tema de debate, e o diálogo conduzido com o objetivo de avaliar como o cenário apresentado poderá ser alcançado nos próximos 3 anos, considerando:

- Ações urgentes e necessárias;
- Quem deve implementar;
- Formas de avaliar o progresso;
- Desafios que poderão ser antecipados.

TEMAS DE DEBATE

- 5.1** Alimento bom, a preço justo e acessível: comida saudável acessível ao bolso de todos/as, sem onerar o produtor.
- 5.2** Alimentação saudável por toda parte: territórios fortalecidos para que todos/as tenham acesso à alimentação saudável.
- 5.3** Conhecendo a comida saudável... e a não saudável: consumidores informados e educação nutricional garantida.
- 5.4** Ações emergenciais de combate à fome: reações da sociedade civil geram aprendizado coletivo.
- 5.5** Ações governamentais de combate à insegurança alimentar: respostas emergenciais dadas em tempo, além das respostas estruturais fortalecidas.
- 5.6** Governança das ações de garantia da alimentação saudável: certeza de processos democráticos para assegurar o direito de todos/as à alimentação.
- 5.7** Inocuidade dos alimentos e garantia de uma alimentação cada vez mais adequada, saudável e segura para todos/as.

5.1 Alimento bom, a preço justo e acessível: comida saudável acessível ao bolso de todos/as, sem onerar o produtor.

AÇÕES URGENTES E NECESSÁRIAS

Plano emergencial COVID 19. Vacinação universal e comida no prato. O enfraquecimento de políticas públicas agravou a insegurança alimentar. A sociedade civil está dando suas respostas frente às urgências (doações de alimentos, cozinhas comunitárias) e o Estado está falhando com as ações emergenciais.

Planos a médio e longo prazos. Recuperar o papel do Governo Federal no acesso à alimentação, com as políticas públicas e processos educacionais no centro do debate, viabilizando acesso aos recursos naturais (terra e água), reforma agrária, apoio técnico para as tecnologias sociais voltadas à agricultura de base ecológica, políticas voltadas para agroecologia, preço mínimo para agricultura familiar, estruturação do transporte e logística, programa de aquisição pública de alimentos (para doação e para formação de estoques), entre outras. Fomentar a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis pelo fortalecimento da agricultura familiar.

Políticas públicas com participação social. Promover as ações da sociedade civil e potencializar o debate urgente e relevante da força social, sustentadas por políticas públicas, para enfrentar as desigualdades sociais, considerando a saúde humana e promovendo o acesso à alimentação. Sociedade civil deve participar na implementação de políticas públicas municipais e nacionais.

Reconfigurar narrativas. Apresentar narrativa que dê destaque à potência da agricultura familiar e da agroecologia frente à produção de commodities. No Brasil prevalece a força hegemônica do agronegócio da monocultura que se coloca como a salvação para a segurança alimentar, mas encerra uma contradição: o país como grande produtor de alimentos e mais da metade da população com algum grau de insegurança alimentar.

Unidade na representação política. A agricultura familiar precisa aproximar os consumidores dos produtores, o elo entre essas organizações precisa se fortalecer. Os governos federal, estadual e municipal devem promover esse encurtamento da cadeia produtiva.

5.1

QUEM DEVE IMPLEMENTAR

Ações emergenciais na pandemia da fome. Ações populares em torno da comida, com organização suficiente para formar sistemas cooperados.

Ações de longo prazo: mudanças estruturais, políticas públicas e apoio governamental. As representações da agricultura familiar podem propor sistemas alimentares sustentáveis e promover maior diálogo com o consumidor. Na circunstância da política vigente, a sociedade civil deve mobilizar-se para a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, visando a manutenção do conjunto de políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar, que estão sendo sistematicamente desmontadas; e os governos devem sustentar ações para redução das desigualdades, manutenção da saúde humana e enfrentamento da fome.

Reconfiguração de narrativas e Políticas públicas com participação social: As representações da agricultura familiar devem atuar junto às prefeituras, priorizando os sistemas locais, repensando os mecanismos de distribuição e consumo e ampliando o diálogo com os consumidores. E construir narrativa que dê destaque à viabilidade da agricultura de base ecológica para fazer frente ao discurso hegemônico do agronegócio de commodities, promovido na grande mídia e pela representação dos grandes produtores.

FORMAS DE AVALIAR O PROGRESSO

Necessidade de desenvolvimento de indicadores regulares e frequentes acerca dos impactos socioeconômicos da pandemia para acompanhamento das políticas públicas.

☒

Criação de observatórios territoriais, construídos com a participação da sociedade civil, em escalas municipal, estadual e nacional. A alimentação é um direito e a história do próprio território e dos seus sistemas alimentares precisa ser respeitada.

DESAFIOS QUE PODEM SER ANTECIPADOS

☒Desafio de **manutenção do conjunto de ações políticas existentes** para o fortalecimento da agricultura familiar e dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, que estão sendo sistematicamente desmontados.

Existe uma crítica à Cúpula sobre o **risco da captura privada da agenda e de cooptação pelas grandes corporações.** Espera-se que a Cúpula reconheça a declaração da década da agricultura familiar.

5.2 Alimentação saudável por toda parte: territórios fortalecidos para que todos/as tenham acesso à alimentação saudável.

AÇÕES URGENTES E NECESSÁRIAS

Distribuição/ acesso: Garantir que o comércio varejista - privilegiado no abastecimento da população com a diminuição de feiras de alimentos in natura - promova alimentação saudável. Ao mesmo tempo, que se estimulem as feiras locais e redes solidárias para garantir abastecimento de alimentos saudáveis em comunidades isoladas e tradicionais, para além do que elas mesmas produzem. O acesso depende da oferta mas também do poder de compra, assim, é também importante demandar garantia da renda mínima para todos.

Marketing/ propaganda: Necessidade de regulação da propaganda sobre alimentos ultraprocessados, principalmente em escolas e disseminar em escala o guia alimentar brasileiro.

Destaque do papel do produtor familiar: Necessidade de maior reconhecimento da importância do agricultor (que deverá estar mais presente na formulação de políticas e na revisão do plano diretor de sua cidade), e da agricultura urbana enquanto prática que garante autonomia na escolha de alimentos das comunidades, fomentando a prática com estratégias de compra pública, acesso a matéria prima e políticas de fomento. O incentivo ao processamento artesanal de alimento comunitário se apresenta como uma grande oportunidade de diversificação e geração de renda.

Aproximação produtor/ consumidor: Aproximar quem produz e quem consome, através de um processo de educação e construção de consciência alimentar, de desenvolvimento de turismo de base comunitária (principalmente junto a comunidades tradicionais)

QUEM DEVE IMPLEMENTAR

Necessidade de espaços de liderança comunitária e articulação de movimentos locais em diversos territórios, que permitam a participação dos produtores de alimentos / pescadores artesanais / comunidades tradicionais nas tomadas de decisão.

O poder público, tanto a nível federal como estadual e local, tem papel fundamental na defesa e proteção de políticas de segurança alimentar e nutricional, na construção de estruturas de governança eficazes - como a formação de frentes parlamentares de segurança alimentar e nutricional -, e na regulação de propaganda de alimentos ultraprocessados. Educadores e profissionais de saúde podem apoiar a construção de uma cultura de alimentação saudável.

FORMAS DE AVALIAR O PROGRESSO

Para avaliar o progresso é fundamental: governança, dados e transparência, alinhamento intersetorial.

A **retomada de estruturas de governança com participação popular**, que execute papel fiscalizador e orientador na construção de políticas nos 3 níveis de governo - Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselhos de Saúde, Conselhos de Agricultura familiar. Porém, para monitorar e fiscalizar as ações e para uma boa gestão, é fundamental:

- a **existência de dados e informações** coletadas de forma transparente e acessíveis a toda a população, indicando determinantes socioeconômicos da segurança alimentar e nutricional
- **sistemas de informação** que embasem as políticas sociais.

Essas informações e dados deverão ser compartilhados e deverá existir uma **articulação em rede**, entre diversos atores chave, com apoio de universidades, para promover encontros, intercâmbio e trocas - como um mapa de redes ativas e reunião do trabalho de diferentes observatórios sociais locais e nacionais.

DESAFIOS QUE PODEM SER ANTECIPADOS

☒ Para além dos desafios intensificados pela pandemia, antecipam-se desafios de acesso à informação e infraestrutura técnica e digital dos agricultores. No momento, garantir liberdade de expressão e estruturas democráticas de poder é desafio no contexto brasileiro. É importante que sejam desenhadas novas estratégias de fortalecimento dos movimentos, para que possam ser reivindicadas políticas públicas que defendam a soberania alimentar da população, que descriminalizam e protejam práticas de produção de alimentos de comunidades tradicionais, e que assegurem a permanência destes em seus territórios, onde têm acesso a alimentos saudáveis e possibilidades de produção.

5.3 Conhecendo a comida saudável... e a não saudável: consumidores informados e educação nutricional garantida.

AÇÕES URGENTES E NECESSÁRIAS

Sensibilização: O Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma importante estratégia de promoção da alimentação saudável, pela oferta do alimento, ou pelas atividades de Educação Alimentar e Nutricional vinculadas ao programa que promovem mudança de hábitos alimentares.

É preciso sensibilizar gestores sobre a importância da alimentação escolar, orientar sobre higienização de alimentos, hábitos alimentares, importância do respeito às culturas alimentares tradicionais, e compra de alimentos dos agricultores/pescadores/extrativistas familiares. A sensibilização deverá se estender a toda a população, via: programas de educação alimentar - tanto sobre alimentação saudável como sobre a sua territorialidade, informando sobre o alimento de forma transparente e simples de entender; campanhas promovidas por órgãos de defesa do consumidor; ações de combate a fake news sobre o que é (ou não é) alimentação saudável.

Formação e capacitação: Renovar a formação em gastronomia, trazendo seu papel social e perspectiva holística da atividade, bem como resgatar a importância do cozinheiro cotidiano e não só dos chefs famosos. É urgente no cenário atual a formação de profissionais do sistema alimentar para serem capazes de atuar no combate à fome, através de conteúdos que orientem sobre a valorização do alimento e seus impactos na saúde das pessoas e do planeta. O trabalho conjunto entre professores e monitores, para capacitação sobre alimentação e nutrição entre profissionais de escolas também é importante.

Distribuição de alimentos: Feiras solidárias e agroecológicas para facilitar o acesso da população ao alimento saudável, promover envolvimento comunitário e a resignificação do alimento produzido. É importante garantir condições para o desenvolvimento de ações conjuntas entre universidades e banco de alimentos, para formar cestas com alimentos frescos e menos processados.

5.3

QUEM DEVE IMPLEMENTAR

Vários setores da sociedade, governos locais, gestores, escolas, academia, sociedade civil, e diferentes profissionais:

- a **sociedade civil** tem força para demandar a manutenção de programas já existentes, assim como para movimentar outras iniciativas que se façam necessárias para garantir o acesso e a informação sobre alimentação saudável;
- o **poder público** pode desenvolver políticas que orientem sobre o que é alimento saudável e influenciar para além dos muros da escola;
- a **mulher** tem um papel social central na ressignificação do alimento;
- **profissionais** como nutricionistas, devem ampliar seu papel e órgãos como os conselhos de política alimentar são quem deve representar a sociedade nas discussões.

FORMAS DE AVALIAR O PROGRESSO

Para avaliar o progresso é fundamental que **os processos de acompanhamento dos programas educacionais existentes nas escolas sejam cumpridos**. O controle social dentro das comunidades também é uma boa estratégia de monitoramento.

DESAFIOS QUE PODEM SER ANTECIPADOS

capacitação e sensibilização: os gestores nem sempre estão sensibilizados, nem os profissionais capacitados, sobre a dimensão territorial do alimento e sua visão holística. A equipe nutricional poderá não ser conhecedora da cultura alimentar das comunidades locais, evitando que a educação alimentar seja considerada importante nas escolas ou devidamente implementada, e que o cardápio escolar possa atender os diferentes grupos.

infraestrutura: inexistência de infraestrutura mínima para produção de refeições baseadas em alimentos in natura (por exemplo, a ausência do gás em muitas residências) prejudica a alimentação saudável.

aplicação do programa: dificuldade de aplicação da legislação vigente, interrupção da oferta da alimentação escolar e das atividades educativas durante a pandemia. É também um desafio **contornar exigências legais** de presença de nutricionista nas escolas para permitir, por exemplo, que alimentos das hortas escolares possam ser consumidos nas escolas.

informação: desafio de combater notícias falsas sobre alimentação saudável e trazer informações e dados diversos que apontem para a participação de todos dentro do sistema alimentar.

5.4 Ações emergenciais de combate à fome: reações da sociedade civil geram aprendizado coletivo.

AÇÕES URGENTES E NECESSÁRIAS

A alimentação surge como tema central na pandemia, com potencial de impactar projetos locais em todo o território. É urgente assegurar autonomia no acesso a alimentos, seja pela garantia de renda mínima, seja incentivo à produção local de alimentos.

Recorte de gênero: priorizar ações de Segurança alimentar com recorte de gênero - reconhecer o papel central das mulheres na gestão alimentar do lar e assegurar sua segurança alimentar; promover educação e formação para geração de renda para garantir autonomia e acesso à alimentação saudável.

Alimentação escolar: Garantir acesso à alimentação saudável gratuita e universal nas escolas.

Emergencial vs estruturante: realizar mutirão contra a fome mas entendendo que a urgência da fome não é suficientemente atendida pela sociedade civil. Fundamental reivindicar por políticas públicas de garantia de renda mínima permanente, controle de preços, fortalecimento de programas existentes, estruturas de governança participativa e acesso a equipamentos como cozinhas comunitárias.

Produção de alimentos: Apoiar e incentivar a produção de alimentos dentro das comunidades urbanas e junto aos povos tradicionais para assegurar o acesso à alimentação saudável em diversos territórios, através de instalação de hortas comunitárias na periferia, com manejo orgânico, e estimulado pelas compras populares, e garantir a continuidade da produção existente, com crédito para os pequenos produtores e fluxo de comunicação entre campo e cidade.

Doação de insumos, ferramentas e equipamentos de trabalho para os produtores de alimentos.

5.4

QUEM DEVE IMPLEMENTAR

O **governo** é fundamental na construção de políticas públicas, considerando as diferenças de cada região e sua cultura, por exemplo em programas de educação alimentar;

A **sociedade civil** pode também agir, promovendo maior articulação entre trabalhadores do campo e cidade fortalecendo o elo entre o campo e a cidade, monitorando e dando subsídio para as ações chegarem nas pessoas mais vulneráveis e pressionando o estado na garantia de direitos (advocacy);

Pesquisadores são fundamentais para criar informação com base em pesquisas que apoiem na formulação de políticas.

FORMAS DE AVALIAR O PROGRESSO

Existem programas e métodos de mensuração bem sucedidos que deverão ser readequados e assegurados.

Deverão ser **implementadas pesquisas frequentes** que monitorem indicadores de progresso do combate à fome e a sociedade civil poderá monitorar essas ações, para isso deverão se fortalecer os espaços de sua participação, como os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional.

O **Ministério Público federal e estaduais podem ser parceiros** e promover diálogos para promover e mediar a sensibilização de gestores no sentido de que o alimento de programas públicos respeite a cultura local. A FUNAI (agência de apoio aos povos indígenas) poderia ser uma instância de apoio aos povos indígenas, a exemplo do que tem realizado o Ministério Público Federal do estado do Amazonas.

DESAFIOS QUE PODEM SER ANTECIPADOS

Falta de vontade política para executar;

desafio da **dimensão territorial** do país para **incluir a diversidade** de toda a sociedade;

dificuldade de diálogo entre **sociedade civil, campo e cidade** para a elaboração de políticas públicas que representem o resultado desse diálogo;

desafio do **acesso à terra para cultivo e autonomia**, reconhecendo o conhecimento dos povos tradicionais na produção de alimentos;

ao nível urbano, existe o **desafio de elaborar planos municipais que promovam diálogos transversais** e com diversidade de atores participantes.

5.5

Ações governamentais de combate à insegurança alimentar: respostas emergenciais dadas em tempo, além das respostas estruturais fortalecidas.

AÇÕES URGENTES E NECESSÁRIAS

O Brasil saiu do mapa da fome porque conseguiu conceber um programa intersetorial, que foi e está sendo desestruturado pelo governo federal desde 2016, resultando em grave insegurança alimentar, acelerada pela pandemia.

É urgente retomar tanto os programas federais que foram extintos, quanto os orçamentos dos programas que permaneceram, e fortalecer estas políticas públicas, nomeadamente:

Auxílio emergencial de renda enquanto a pandemia perdurar.

Recriação do **Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional** Nacional.

Programas de transferência de renda governamental: renda mínima perene, “bolsa família” e reajuste do salário mínimo para reativar a economia; implementar programa de transferência de renda no modelo que está sendo proposto nos EUA pelo Presidente em exercício.

Compras Institucionais: Programa de Aquisição de Alimentos (compra pública de produtores/pescadores/ extrativistas familiares e comunidades tradicionais para doação a populações vulneráveis via banco de alimentos, ou formação de estoques públicos), Banco de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar (compra pública de produtores/pescadores/ extrativistas familiares e comunidades tradicionais para a alimentação escolar).

Programas federais: Estratégia Fome Zero, Programa de Cisternas (segurança hídrica para territórios do semiárido brasileiro), Água Para Todos e Luz Para Todos (programas de segurança hídrica e energética).

Incentivo à agricultura familiar: programas de crédito e financiamento como o Pronaf e o Plano Safra Agricultura Familiar, e incentivo às feiras livres.

Manutenção dos programas de educação e saúde.

Políticas de combate à insegurança alimentar, como o marco legal de Segurança Alimentar e Nutricional, devem ser cumpridas, colocadas no centro do debate e pensadas no longo prazo como políticas de Estado, e não apenas como políticas de um governo.

QUEM DEVE IMPLEMENTAR

A esfera federal tem papel fundamental, entretanto, nos últimos 5 anos, vem se omitindo, apesar do direito à alimentação estar previsto na Constituição.

Com o desmonte das políticas estruturantes federais, estados e municípios precisam se organizar para implementar soluções de combate à insegurança alimentar ao nível local.

A sociedade civil tem papel fundamental de cobrança do cumprimento das leis e de que sejam priorizados os projetos socio-ambientais.

FORMAS DE AVALIAR O PROGRESSO

Monitoramento do número de pessoas em situação de extrema pobreza, considerando que “a fome é fruto da extrema pobreza”. Programas de transferência de renda possuem efeito multiplicador no combate à insegurança alimentar, pois ao mesmo tempo que oferecem condições para que a extrema pobreza seja combatida, dão autonomia para que chefes de família decidam quais alimentos comprar.

Acompanhamento dos orçamentos federais, municipais e estaduais, tendo como princípio norteador os repasses às políticas focadas em Segurança Alimentar e Nutricional. Nesse contexto, pode-se pensar em compras institucionais, crédito e fomento para a agricultura familiar, diálogo campo-cidade, além de instrumentos para fomentar bancos de alimentos para regulação de preços e mecanismos de compras públicas mais eficientes. Vale lembrar que, em um passado não tão distante, o Brasil já foi referência mundial nessa questão.

DESAFIOS QUE PODEM SER ANTECIPADOS

O maior desafio é o governo atual **entender a gravidade da situação e verdadeiramente atender às necessidades do povo**. Sem este entendimento será muito difícil retomar os programas estruturantes com seus orçamentos e até mesmo os programas emergenciais.

Re-instituir o Conselho nacional de segurança alimentar e a retomada do funcionamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

Conscientizar a população sobre **a situação real que o Brasil se encontra**, para que, dentro das estruturas democráticas, através da eleição de novas pessoas, seja tomado um rumo distinto do atual Governo Federal e do Congresso Nacional.

5.6

Governança das ações de garantia da alimentação saudável: certeza de processos democráticos para assegurar o direito de todos/as à alimentação.

AÇÕES URGENTES E NECESSÁRIAS

Ações de comunicação: Divulgar a importância dos conselhos, fóruns e políticas públicas de alimentação e controle socioambiental; o atual desmonte que vêm sofrendo as políticas públicas e suas consequências frente à garantia do direito básico à alimentação, previsto na Constituição Federal. Incentivar o consumo de alimentos saudáveis.

Criar narrativas e campanhas que esclareçam que o agronegócio não produz alimentos para as pessoas. A campanha do agronegócio de commodities (“Agro é Pop, Agro é Tudo”) se apropriou da agenda da alimentação para esconder interesse de grandes empresas e apropriação política de discurso. É importante utilizar todos os meios de comunicação, inclusive o rádio.

Produção de alimentos: Estimular a produção de alimentos saudáveis através de um processo educativo com os produtores da agricultura familiar convencional; fomentar a agricultura familiar e as políticas de produção e acesso aos alimentos sem agrotóxicos. Manter a mobilização do legislativo e dos Fóruns Estaduais de combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos. Valorizar e viabilizar o extrativismo, considerando a importância das populações tradicionais neste processo, em especial, as mulheres quebradeiras de coco, marisqueiras, indígenas e seus saberes.

Fortalecimento da Governança: Fortalecer os Conselhos Estaduais e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional que têm sobrevivido ao desmonte e ao desafio de continuar agindo junto ao Ministério Público, para fazer valer o seu papel e as ações acordadas.

Assegurar instituições da sociedade civil como “espaços” de debate para reconstrução do mecanismo de controle social e todo sistema. Constituir parcerias para cobrar dos governantes políticas eficazes que restabeleçam as estruturas formais de governança e os aportes de recursos para garantia do direito à alimentação.

As grandes centrais de abastecimento estaduais (CEASAs) devem se mobilizar para garantir alimentação às populações mais vulneráveis.

Proteger o Programa Nacional de Alimentação Escolar dos ataques que vem sofrendo (por projetos de lei que visam excluir prioridades de compras feitas dos produtores familiares e comunidades tradicionais, bem como que visam violar as diretrizes do Guia Alimentar Brasileiro). Defender e valorizar os grupos minoritários, mulheres, povo negro, quilombolas e comunidades.

QUEM DEVE IMPLEMENTAR

A sociedade civil, os movimentos sociais, os conselhos e toda a população, articulados com o Ministério Público e sobretudo apoiados pelas esferas dos governos Federal, Estadual e Municipal.

FORMAS DE AVALIAR O PROGRESSO

Restabelecer o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, principal mecanismo de controle social - extinto no primeiro dia do atual governo - e demais conselhos.

Informar a população sobre seu direito básico à alimentação, garantido pela Constituição Federal, e sobre os impactos dos sistemas alimentares na sua saúde, na sociedade e no meio ambiente.

Ações do Ministério Público, as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais para garantir o direito à alimentação de todos os brasileiros.

Monitorar a insegurança alimentar, medida pela escala EBIA, objetivando alimentação saudável para todos.

DESAFIOS QUE PODEM SER ANTECIPADOS

A governança das políticas públicas só se realiza se os **governos responsáveis estiverem comprometidos** com a sociedade, no sentido de fazer valer direitos que foram adquiridos e garantidos junto às institucionalidades criadas para isso. Como existir governança sem governo? Há uma ausência do Governo Federal e das estruturas criadas para a garantia das ações voltadas para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, que foram desorganizadas ou destruídas.

Recompôr os Conselhos Municipais e Estaduais que dialogam com os poderes públicos para criação de políticas eficazes. Reverter o cenário causado pela extinção do CONSEA Nacional feito por um governo que não apoia a participação social e não tem interesse pela realização por meio de processos democráticos.

5.7 Inocuidade dos alimentos e garantia de uma alimentação cada vez mais adequada, saudável e segura para todos/as.

AÇÕES URGENTES E NECESSÁRIAS

Criar **mecanismos de rastreabilidade** dos produtos da agricultura, pesca e extrativismo familiar, de comunidades indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais, com regras sanitárias mais simples que viabilizem alimentos seguros e certificados para o mercado, além de sistema que classifique a relação entre a produção do alimento e seu custo socioambiental. O conceito de alimentação segura **deve incluir questões do uso de agrotóxico na produção, da violência em razão da disputa de terras, e do impacto climático pelo desmatamento.**

Fortalecer redes de agricultura familiar, pescadores/as artesanais, extrativistas, tornando-as mais integradas. Fomentar parcerias das cooperativas com os movimentos sociais, associações e entidades que defendem a produção agroecológica e a segurança e soberania alimentar.

Promover o acesso das comunidades e pequenos produtores à terra, à água, à assistência técnica e a tecnologias para a produção e comercialização de alimentos seguros, com o apoio dos órgãos públicos, institutos de pesquisa e universidades.

Introduzir saberes tradicionais e novos modelos de produção agroecológicos, como bioinsumos, agroindústria familiar para circuitos curtos, além de produtos diferentes dos convencionais. Recuperar as sementes crioulas, símbolo da preservação da agrobiodiversidade.

Considerar as especificidades regionais e as lutas dos movimentos dos povos tradicionais do país nas ações de segurança alimentar e nutricional, vinculando-as à construção e à preservação de marcos legais e conceituais que reforcem as raízes culturais desses povos, além de reconhecerem a relação do alimento com a medicina tradicional preventiva e rituais históricos.

Monitorar a violência no campo e criar canais de denúncia, um dos espaços que o extinto CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional) ocupava.

QUEM DEVE IMPLEMENTAR

As ações devem ser tomadas pelo governo/poder público, mas na prática, isso ocorre e deve ocorrer também por meio da sociedade civil. Algumas ações podem ser tratadas a partir da iniciativa de conselhos e fóruns populares, além de campanhas que articulem parte das ações sugeridas. Na ausência da iniciativa do governo, as ações possíveis devem ser tomadas pela própria sociedade civil, através de mecanismos de articulação das instituições da sociedade civil.

FORMAS DE AVALIAR O PROGRESSO

Retomar e **fortalecer os conselhos de política alimentar** com participação social;
Fortalecer os canais de denúncia e os mecanismos de garantia e monitoramento do direito humano à alimentação adequada, inclusive internacionais;
Criar **fóruns de agricultura familiar** com todos os setores da sociedade;
Ampliar os sistemas e mecanismos de garantia/selos, com agricultores participando do processo de certificação;
Estimular o uso de aplicativos, pelos consumidores, para a avaliação da qualidade dos alimentos.

DESAFIOS QUE PODEM SER ANTECIPADOS

Dificuldade de acesso aos recursos públicos ou a fundos locais de investimento para pequenos produtores. Bloqueio no recebimento de recursos internacionais, inclusive de doações para apoio à conservação do meio ambiente;
Produtores e extrativistas com dificuldade de acesso à internet e suas ferramentas. **Exclusão digital e conectividade escassa**;
Falta de **acesso a técnicas e tecnologias adequadas** para a matriz de produção de alimentos seguros, saudáveis e sustentáveis conectados a cada território e bioma;
Falta de reconhecimento formal de quem produz, especialmente das mulheres, jovens e ações coletivas;
Retrocesso na política de acesso à terra, e a destruição das políticas públicas e instrumentos de apoio à agricultura familiar;
Fraqueza da governança alimentar, especialmente dos bens comuns como pesca, irrigação comunitária e aspectos fundiários. A governança deve caminhar para a criação de espaços como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que poderiam recomendar ações para uma alimentação saudável e segura.

ÁREAS DE DIVERGÊNCIA

Não houve o apontamento de discordâncias e todos ficaram à vontade para colocar o seu ponto de vista. Embora os participantes pertencessem a diferentes realidades, tanto da cidade quanto do campo, havia uma ligação comum representada por suas participações em ações de combate à insegurança alimentar ou à defesa de direitos. As opiniões foram colocadas de forma muitas vezes complementar, com posição independente e representação territorial de cada participante, o que trouxe uma visão diversificada sobre uma ação que tinha o mesmo objetivo.

Embora tenha havido um acordo nos temas mais importantes, há que se destacar a diferença de ênfase colocada pelas pessoas de origem diversa, seja do ponto de vista regional ou rural/urbana, seja do ponto de vista de suas representações institucionais. Assim, por exemplo, pessoas do Norte do Brasil enfatizaram mais a questão dos alimentos naturais produzidos de forma sustentável; os representantes das organizações de produtores enfatizaram a importância da agricultura familiar na alimentação saudável; etc.

CRÉDITOS

Coordenação

Instituto Comida do Amanhã
Instituto Fome Zero

Facilitadores

Pedro Gama
Melissa Bivar
Juliana Furlaneto
Cláudia Lima
Flávia Brito
Ana Cláudia Santos
Jader José de Oliveira

Apoio à facilitação

Stephany Ramos
Lucas Mignot
Flávia Schwartzman
Lucas Canisares
Diogo Tomaszewski
Romaine Carelli
Roberta Curan

Apoio operacional

Polyana Lourenço
Isabella Moraes

saiba mais sobre este diálogo e demais projetos

COMIDADOAMANHA.ORG
INSTITUFOMEZERO.ORG

INSTITUTO COMIDA DO AMANHÃ

INSTITUTO FOME ZERO

O ACESSO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL É UM DIREITO DE TODOS.

O Instituto Comida do Amanhã e o Instituto Fome Zero - com o apoio do Instituto Ibirapitanga - organizaram no dia 11 de Maio de 2021 um diálogo independente, para convidados, focado em discutir as barreiras e soluções para garantir o acesso universal à alimentação saudável, questão que se coloca cada vez mais urgente, dada a acelerada ampliação da insegurança alimentar no país. A curadoria do encontro ficou sob cuidado de José Graziano da Silva, diretor do Instituto Fome Zero e ex diretor geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Este documento é uma versão consolidada dos principais resultados desse diálogo, que contou com a participação de 36 convidados, divididos em 7 grupos de debate, cada um com sua temática específica, relacionada ao tema geral do encontro.

realização



apoio

IBIRAPITANGA